PARECER DO CONTROLE INTERNO

Processo nº 076/2020-000028

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos para a central de urgência e emergência da COVID-19, no município de Rio Maria.

Considerando a mudança organizacional da gestão 2021-2024 e a necessidade de atender exigências do Tribunal de Contas dos Municípios, vieram novamente os autos a esta Controladoria Geral para análise e respectiva emissão de parecer, nos termos dos artigos 31 e 71/75 da Constituição Federal.

Trata-se de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com finalidade de registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos para a central de urgência e emergência da COVID-19, nos termos da lei 8.666/93 e lei 13.979/20.

O pregoeiro constituído e a equipe de apoio concluíram os procedimentos atinentes às fases interna e externa do processo licitatório, conforme consta detalhado na Ata de Adesão da Sessão de Abertura e Julgamento do certame, e conforme consta no parecer do controle interno já juntado aos autos.

ANÁLISE

O processo em epígrafe devidamente analisado na íntegra, encontra-se revestido de documentos: 1) solicitação de despesa; 2) cotação de preços; 3) solicitação de pesquisa de preços e prévia manifestação sobre existência de recursos orçamentários; 4) declaração de adequação orçamentária; 5)

autorização de abertura da licitação; 6) termo de autuação do processo; 7) designação do pregoeiro e equipe de apoio (decreto 1455/2020); 8) termo de referência; 09) minuta edital e respectivos anexos; 10) parecer jurídico; 11) aviso de licitação e sua publicação no Diário Oficial União e Diário Oficial do Estado do Pará; 11) Habilitação; e 12) Parecer controle interno

O procedimento fora iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado e numerado, contendo a autorização respectiva e a indicação sucinta de seu objeto.

No que tange a minuta do edital e seus anexos, a o parecer jurídico foi favorável ao prosseguimento do processo licitatório, estando em consonância com a legislação disciplinadora da matéria.

Verifica-se que o procedimento licitatório transcorreu normalmente por meio do <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>.

No tocante aos documentos apresentados pelas empresas vencedoras, percebe-se a regular habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico financeiro, regularidade fiscal e trabalhista, nos termos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e nos termos do artigo 27, da Lei 8.666/93.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI, determina que as contratações realizadas pela Administração Pública devam ser realizadas por meio de licitação que assegure igualdade de condições aos concorrentes, sendo esta a regra para obras, serviços, compras e alienações junto ao Poder Público.

A regulamentação do referido artigo encontra-se na Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, devendo todo procedimento licitatório

se basear em suas normas, sob pena de apresentar vícios de ilegalidade passíveis de anulação e demais cominações.

O procedimento licitatório tem como finalidade garantir a seleção da melhor proposta para a Administração, bem como permitir a participação isonômica dos interessados e deve fundamentar-se nos princípios que regem o Direito Administrativo, além daqueles específicos das Licitações e Contratos, conforme o artigo 3º da Lei nº 8.666/93:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Outrossim, a Lei nº 10.520/2002, o Decreto 10.024/19 e o Decreto Municipal 1.594/20, instituíram a modalidade de Licitação denominada Pregão Eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes caracterizados por padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado.

O Sistema de Registro de Preços é previsto no artigo 15, inciso II da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 776/2015, podendo ser realizado nas modalidades de licitação Concorrência, RDC ou Pregão, acertando a Administração na escolha deste último, ressaltando ainda

CONCLUSÃO

Diante do exposto, caso haja orçamento disponível para custear tais despesas, esta Controladoria conclui que o referido processo se encontra

revestido de formalidades legais, nos termos da Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/19 e o Decreto Municipal 1.594/20, estando apto para gerar despesas para a municipalidade, desde que observadas todas as considerações avençadas.

Cumprе observar que o procedimento, a partir do presente estágio, deve manter a observação plena ao previsto na legislação da matéria, mormente supracitadas, seguindo a regular divulgação oficial dos termos e atos a serem realizados

É o parecer.

Rio Maria, 18 de março de 2021.

PAULA CAROLINE LEITE KERHWALD
Controladora Geral do Município
Decreto n 014/2021